



CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DE COLÍDER/MT
CHAVE DE CORREÇÃO DEFINITIVA DA PROVA DISCURSIVA
CARGO: S01 – ADVOGADO (PEÇA PROCESSUAL)

Item do programa: Apelação

Tema a ser desenvolvido pelos candidatos

Questão:

João das Flores, secretário da receita do Município X, do estado Beta, é responsável pelo ordenamento das despesas de sua repartição. Ocorre que o Município X cortado por um rio que passa bem no meio da cidade, se encontra em estado de calamidade pública devido a uma tragédia causada por fortes chuvas.

O setor de meteorologia do município X, emitiu alerta, indicando o aumento exponencial das chuvas e ventos fortes na cidade. Por medida urgente, buscando mitigação dos danos causados pelas fortes chuvas e inundações que atingem toda a cidade, João das Flores, utilizando-se das prerrogativas de seu cargo, empregou verbas que deveriam, por lei, ser utilizadas em área diversa, na construção de barreiras, às margens do rio, no intuito de prevenir novos danos e contenção dos prejuízos causados.

Firmino de Souza, vereador do grupo político de oposição, realizou denúncia ao Ministério Público do Estado Beta, que instaurou um inquérito, ato contínuo, indiciou João das Flores pelo crime previsto no artigo 312 do Código Penal Brasileiro. Em sede de sentença, o juiz do caso o condenou pelo crime de peculato-desvio, a pena de 5 anos e 2 meses de reclusão.

Considerando que você, como advogado, foi procurado por João das Flores para patrocinar sua defesa, elabore a medida processual mais adequada para a garantia e manutenção dos direitos de seu cliente.

Obs.: A peça deve ser elaborada considerando apenas as informações narradas, na condição de advogado(a) de João das Flores, redija a peça jurídica cabível, diferente de habeas corpus e embargos de declaração, apresentando as teses jurídicas pertinentes.

- O seu texto deve ser redigido de acordo com o uso das normas do registro formal da Língua Portuguesa.
- As folhas dos textos definitivos (folhas de respostas) da Prova Discursiva (Peça Processual) serão os únicos documentos válidos para a avaliação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado pela Banca Examinadora.

**GABARITO COMENTADO**

A peça processual a ser apresentada é a Apelação criminal composta pela Petição de interposição e pelas Razões da Apelação.

A peça de interposição deverá conter a qualificação do Apelante e o número do processo.

O endereçamento ao juízo da vara criminal do Município X, com fulcro no Art. 593, inciso I do Código de Processo Penal, que diz: “Art. 593, I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular. ”, a tempestividade, e o pedido de remessa para o Tribunal superior.

As Razões da Apelação deverão ser endereçadas ao Egrégio Tribunal de Justiça do estado Beta.

O candidato deverá arguir a reclassificação da conduta do réu, de peculato-desvio para o tipo penal previsto no art. 315 do Código Penal.

Art. 315- Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei, com pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

O candidato deverá ainda arguir a exclusão da ilicitude, pelo estado de necessidade, tendo em vista que o município se encontra em estado de calamidade pública, pleiteando, por fim, a absolvição do réu.

O candidato deverá formular pedido de conhecimento e provimento do recurso.

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS

Cada questão valerá até 20 pontos, de acordo com a especificação apresentada abaixo.

Item	Fatores e requisitos para pontuação	Pontos
Aspectos gerais da língua portuguesa.	Aspecto formal: Domínio da norma culta da língua, no seu registro formal; pontuação, ortografia, concordância, regência, uso adequado de pronomes, emprego de tempos e modos verbais.	5
	Aspecto Textual: Respeito à estrutura da tipologia textual solicitada, paragrafação; uso adequado de conectivos e elementos anafóricos, observância da estrutura sintático-semântica dos períodos.	5
Qualificação do apelante na peça de interposição:	Qualificação do apelante, João das Flores (0,5) e número do processo (0,5).	1
Petição de interposição	Endereçamento: Juízo da vara criminal do Município X.	0,5
	Fundamento Legal: Art. 593, inciso I, do CPP.	0,5
	Da tempestividade.	0,5
	Pedido de remessa para o Tribunal Superior.	0,5
Razões de apelação:	Endereçamento: ao Egrégio Tribunal de Justiça do estado Beta.	0,5
	No mérito: Arguir a reclassificação da conduta do réu, de peculato-desvio para o crime de emprego irregular de verbas, tipificado pelo art. 315 do Código Penal. “Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei”.	2
	Arguir a exclusão da ilicitude, pelo estado de necessidade tendo em vista que o município se encontra em estado de calamidade pública (1), pleiteando, por fim, a absolvição do réu (1).	2
Pedidos:	Formular pedido de conhecimento (0,5) e provimento do recurso (1).	1,5
Fechamento:	Local (0,25), data (0,25), assinatura (0,25) e nº OAB (0,25).	1
		20